



Câmara Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ofício do Executivo nº 705/2021 – Do Executivo – Encaminha veto ao Autógrafo nº 123/2021, que estabelece no âmbito do Município de São João da Boa Vista sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus tratos aos animais e dá outras providências.

Em atenção ao referido documento, somos de parecer favorável à manutenção do Veto Integral ao Autógrafo.

PARECER FAVORÁVEL

Plenário Dr. Durval Nicolau, 05 de outubro de 2.021.


CARLOS GOMES


JOCELI MARIOZI


GUSTAVO BELLONI

APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA


18 / 10 / 2021

PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

24 de setembro de 2021

OFÍCIO DO EXECUTIVO Nº 705 / 2021

Of.GAB.nº **551/2021**

Senhor Presidente:

Pelo presente, comunico a Vossa Excelência que, com fundamento no § 1º do Artigo 48 da Lei Orgânica do Município vetei, na sua totalidade, o Autógrafo nº 123/2021, que estabelece no âmbito do Município de São João da Boa Vista sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus tratos aos animais e dá outras providências.

O autógrafo em referência está sendo vetado com base no parecer da Procuradoria Geral do Município, cuja cópia encaminhamos em anexo, para conhecimento do autor da matéria e da Câmara Municipal.

Renovo nesta oportunidade os protestos de estima e consideração.

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal

Exmo. Sr. Vereador
RAIMUNDO RUI
Presidente da Câmara Municipal
NESTA.



CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em

24 / 09 / 21

Jane Carvalho

funcionário



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SÃO JOÃO DA BOA VISTA
SÃO PAULO

PARECER PGM-F 26/2021

REFERÊNCIA: Autógrafo nº 123, de 31 de agosto de 2021

DESTINO: Gabinete da Prefeita

Trata-se de Autógrafo de lei que “estabelece no âmbito do Município de São João da Boa Vista sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus tratos aos animais e dá outras providências”.

Pois bem.

Embora seja nobre a intenção do Poder Legislativo Municipal por meio da lei em análise, há motivos que autorizam o seu veto.

Nota-se a patente inconstitucionalidade do art. 4º da norma, o qual prevê limite mínimo e máximo da penalidade pecuniária aplicável ao infrator (de cem reais a cem mil reais).

Ora, não existe qualquer parâmetro de gradação das sanções, de sorte a se relegar sua fixação ao bel prazer do agente fiscalizador, não sendo demais salientar que a gradação não se confunde com regulamentação, devendo os critérios, pois, vir estabelecidos na própria norma, sob pena de caracterizar ofensa ao princípio da legalidade.

Sendo a possibilidade de aplicação concreta da punição ao infrator a razão de existir de toda norma sancionadora, é de se concluir que a inconstitucionalidade desse dispositivo termina por tornar inócua a norma como um todo, pondo em xeque o seu interesse público.

No mais, observa-se ainda que pelo parágrafo terceiro do mesmo dispositivo são delegadas para outras legislações as penalidades para três distintas infrações, que são especificadas em três incisos subsequentes, a configurar total atecnia legislativa (uma norma descrevendo a conduta proscria e outra, a punição).

Em minha opinião, é inviável a aplicação da lei, na forma em que é apresentada.

É o parecer.

SJBV, 14 de setembro de 2021.

FILIPPE DE FREITAS RAMOS PIRES
procurador do Município

Ciente e de acordo.

SJBV, 14 de set. de 2021.

ANALU BRUNELE MARCON
Procuradora-Chefe do Setor Consultivo



CÂMARA MUNICIPAL

Rua Antonina Junqueira, 195 - 2º andar - Centro

Tel.: (19) 3634-4111

CEP: 13870-902 - São João da Boa Vista - SP

www.saojoaodaboavista.sp.leg.br

Atendimento ao Cidadão: ouvidoria@camarasjbv.sp.gov.br

Relações Institucionais: contatocmsjbv@gmail.com

AUTÓGRAFO Nº 123, DE 31 DE AGOSTO DE 2.021.

“Estabelece no âmbito do Município de São João da Boa Vista sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus tratos aos animais e dá outras providências.”

(Autora: Vereadora Aline Luchetta- REDE)

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:-

Art. 1º Fica proibida, no âmbito do Município de São João da Boa Vista, a prática de maus tratos contra animais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por maus tratos contra animais toda e qualquer ação decorrente de ato voluntário e intencional que atente contra sua saúde e necessidades naturais, físicas e mentais, conforme estabelecido nos incisos abaixo:

I- Mantê-los sem abrigo ou em lugares em condições inadequadas ao seu porte e espécie ou que lhes ocasionem desconforto físico ou mental;

II- Privá-los de necessidades básicas, tais como alimento adequado à espécie e água;

III- lesar ou agredir os animais (por espancamento, lapidação, por instrumentos cortantes, contundentes, por substâncias químicas, escaldantes, tóxicas, por fogo ou outros), sujeitando-os a qualquer experiência, prática ou atividade capaz de causar-lhes sofrimento, dano físico ou mental ou morte;

IV- Abandoná-los, em quaisquer circunstâncias;

V- Obrigá-los a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento, para deles obter esforços ou comportamento que não se alcançariam senão sob coerção;

VI- Castigá-los, física ou mentalmente, ainda que para aprendizagem ou adestramento;

VII- Criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos desprovidos de limpeza e desinfecção;



CÂMARA MUNICIPAL

Rua Antonina Junqueira, 195 - 2º andar - Centro

Tel.: (19) 3634-4111

CEP: 13870-902 - São João da Boa Vista - SP

www.saojoaodaboavista.sp.leg.br

Atendimento ao Cidadão: ouvidoria@camarasjbv.sp.gov.br

Relações Institucionais: contatocmsjbv@gmail.com

VIII- Utilizá-los em confrontos ou lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

IX- Provocar-lhes envenenamento, podendo causar-lhes morte ou não;

X- Realizar eliminação de cães e gatos como método de controle de dinâmica populacional;

XI- não propiciar morte rápida e indolor a todo animal cuja eutanásia seja necessária;

XII- exercitá-los ou conduzi-los presos a veículo motorizado em movimento;

XIII- Abusar-lhes sexualmente;

XIV- Enclausurá-los com outros que os molestem;

XV- Promover distúrbio psicológico e comportamental;

XVI- deixar, o motorista ou qualquer outro passageiro do veículo, de prestar o devido atendimento a animais atropelados;

XVII- outras práticas que possam ser consideradas e constatadas como maus-tratos pela autoridade ambiental, sanitária, policial, judicial ou outra qualquer com esta competência;

XVIII- negligenciar a saúde do animal, não o submetendo a tratamento adequado, quando necessário.

§ 1º Não se considera maus-tratos contra animais a prática regular de Rodeio, Prova de Montaria, Prova de Laço, Apartação, Prova de Rédeas, Prova de Balizas, Prova dos Três Tambores, Team Penning, Work Penning, Ranch Sorting, Hipismo Clássico e hipismo rural, desde que não provoquem sofrimento nos animais;

§ 2º Serão considerados abandonados, nos termos do disposto no inciso IV do art. 2º, caput, desta Lei:

I- Os animais tutelados soltos em vias públicas;

II- Os animais deixados em abrigos públicos e privados, salvo com orientação expressa do responsável pelo abrigo.



CÂMARA MUNICIPAL

Rua Antonina Junqueira, 195 - 2º andar - Centro

Tel.: (19) 3634-4111

CEP: 13870-902 - São João da Boa Vista - SP

www.saojoadaboavista.sp.leg.br

Atendimento ao Cidadão: ouvidoria@camarasjbv.sp.gov.br

Relações Institucionais: contatocmsjbv@gmail.com

Art. 3º Entende-se por animais, para os fins desta Lei, todo ser vivo pertencente ao reino animal, excetuando-se o Homo sapiens, abrangendo inclusive: ***

I- A fauna urbana não domiciliada, nativa ou exótica;

II- A fauna domesticada e domiciliada, de estimação ou companhia, nativa ou exótica;

III- A fauna nativa ou exótica que componha plantéis particulares para qualquer finalidade.

Art. 4º Toda ação ou omissão que viole as normas desta Lei é considerada infração administrativa ambiental e será punida com as penalidades pecuniárias aqui previstas, com multa entre os valores de R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 100.000 (cem mil reais), sem prejuízo de outras sanções civis ou penais previstas em legislação específica.

§1º- A aplicação da multa prevista nesta Lei será aplicada após regular processo administrativo, assegurados ao infrator o contraditório e a ampla defesa.

§2º- Em caso de reincidência, os valores da multa previstas no *caput* deste Artigo serão aplicados em dobro.

§ 3º Terão penalidades reguladas em legislações específicas as hipóteses em que o agente infrator:

I- Opuser embaraço aos agentes de fiscalização;

II- Deixar de cumprir a legislação ambiental ou determinação expressa da Administração Municipal;

III- Deixar de cumprir auto de embargo ou de suspensão de atividade.

Art. 5º Não será admitida a concessão de desconto no pagamento das multas estabelecidas por esta Lei, nem o seu cancelamento, salvo por vícios processuais, desde que comprovados, que culminem na nulidade do ato.

Art. 6 Os valores arrecadados com o pagamento das multas serão recolhidos ao Fundo Municipal do Bem Estar Animal- FUMBEA, para a utilização dos recursos na defesa e proteção dos animais.

Art. 7 O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.



CÂMARA MUNICIPAL

Rua Antonina Junqueira, 195 - 2º andar - Centro

Tel.: (19) 3634-4111

CEP: 13870-902 - São João da Boa Vista - SP

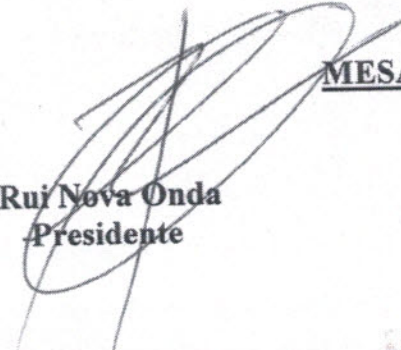
www.saojoaodaboavista.sp.leg.br

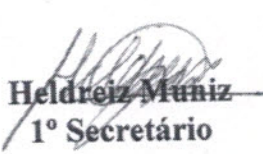
Atendimento ao Cidadão: ouvidoria@camarasjbv.sp.gov.br

Relações Institucionais: contatocmsjbv@gmail.com

Art. 8- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ***

MESA DA CÂMARA MUNICIPAL


Rui Nova Onda
Presidente


Heldreiz Muniz
1º Secretário

Secretaria da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um (31.08.2021).

